

Categoria Jornalistas:

1º Lugar (empate) Autora: Claudia Almeida	<u>102</u>	Matérias exibidas na TV Justiça sobre os dados do Justiça em Números - na esfera estadual, federal e do trabalho. Foram preparadas matérias exibindo estatísticas sobre os números da justiça, na esfera estadual, federal e do trabalho. Foram exibidos dados como número de magistrados, gastos, quantidade de processos e outros.
1º Lugar (empate) Autora: Lilian Matsuura	<u>133</u>	Série de reportagens analisa o levantamento do CNJ "Justiça em Números" referente ao ano de 2007 e publicado em fevereiro de 2009. São nove textos que tratam dos números por ramo da Justiça (Federal, Estadual e Trabalhista) bem como por abordagens temáticas (taxa de congestionamento, estoque de processos, taxa de reforma e investimentos no Judiciário). Dois textos tratam ainda de ações do CNJ na promoção da conciliação e no cuidado com os dados estatísticos do Judiciário.
Menção Honrosa Autor: Vinicius Jorge Carneiro Sassine	<u>106</u>	Matéria sobre os dados do Justiça em Números 2008 com foco no TJ-GO. A reportagem "Juizes goianos são recordistas em processos" foi construída a partir da pesquisa do Justiça em Números 2008. Um dado estatístico chamava a atenção: os juizes goianos eram os que mais acumulavam processos, tendo como base o ano de 2007, na primeira instância da Justiça estadual. Para traduzir o significado de números tão expressivos, a reportagem foi atrás de histórias de juizes, de um lado, e de pessoas que aguardam uma sentença, de outro. A apuração permitiu chegar a informações importantes, que corroboram o levantamento estatístico Justiça em Números.

Categoria Pesquisadores:

<p>1º Lugar Autora: Léslie Shéri da Ferraz</p>	<p><u>104</u></p>	<p>Tese de doutorado, analisando os Juizados Especiais Cíveis e o acesso à justiça. A tese busca avaliar a promoção da garantia do acesso à justiça qualificado (artigo 5º, incisos XXXV, e LXVIII, da Constituição Federal) pelos Juizados Especiais Cíveis estaduais, balizada por três parâmetros: efetividade, adequação e duração razoável do processo. A análise é calcada em dados empíricos e pretende aferir, de forma objetiva, a qualidade dos serviços prestados pelos Tribunais de Pequenas Causas à população. No primeiro capítulo, desenvolve um panorama dos Juizados Especiais Cíveis, tratando de suas origens, finalidades e principais características. No capítulo II, busca resgatar o sentido da garantia do acesso à justiça, tratando de sua abordagem sociológica e jurídica, para, ao final, desenvolver o sentido de acesso à justiça qualificado para fins desta tese. A partir dessa exploração introdutória e da elaboração de modelos teórico-explicativos, os capítulos subseqüentes avaliam os dados empíricos sobre os Juizados Especiais Cíveis, verificando sua efetividade.</p>
<p>Menção Honrosa Autora: Luciana Gross Siqueira Cunha</p>	<p><u>109</u></p>	<p>Descrição da metodologia de criação do Índice de Confiança na Justiça no Brasil e resultados obtidos. Uma questão que afeta profundamente o desenvolvimento econômico e social de um país é a capacidade do Judiciário de se apresentar como uma instância legítima na solução de conflitos que surgem no ambiente social, empresarial e econômico. Uma das formas de se medir essa legitimidade é através das motivações que levam os cidadãos a utilizar (ou não) e a confiar (ou não) no Judiciário, em termos de eficiência, imparcialidade e honestidade. O objetivo desse projeto é medir de forma sistemática o sentimento da população acerca do Poder Judiciário, no que diz respeito ao seu funcionamento e a sua possibilidade de ser uma alternativa real na solução dos conflitos que afetam o dia-a-dia do cidadão comum.</p>
<p>Menção Honrosa Autora: Táise de Castro Xavier da Silveira Gouvêa</p>	<p><u>122</u></p>	<p>Estudo detalhado da produtividade dos Tribunais Regionais do Trabalho (2º Grau de jurisdição). Para isso, buscou-se, no seu decorrer, o conhecimento dos aspectos que envolvem a movimentação processual dos TRTs, a identificação dos principais fatores que interferem nesse processo, o conhecimento dos aspectos envolvidos na produtividade dos Tribunais e a identificação de situações que possam trazer melhorias relacionadas à produtividade do 2º Grau Trabalhista. Utilização de várias abordagens estatísticas para análise dos dados.</p>

Categoria Órgãos Judiciários:

1º Lugar Autor: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná	<u>159</u>	Procedimento de monitoramento de Varas Judiciais centrado na coleta de dados, em especial eficiência e desempenho das Varas, produtividade dos magistrados e duração do processo. Os dados obtidos após o monitoramento serão utilizados para o estabelecimento de critérios mínimos de estrutura, eficiência e desempenho das varas em todo o Estado, bem como para a instituição de parâmetros uniformes para análise de produtividade dos magistrados de primeiro grau de jurisdição e para o dimensionamento do prazo razoável de duração do processo.
2º Lugar Autor: Tribunal Superior do Trabalho	<u>192</u>	Ferramenta eletrônica de gerenciamento e planejamento, concebida para proporcionar acesso a informações atualizadas sobre a estrutura administrativa e a atividade judicante de primeiro e segundo graus. Trata-se de Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho denominado “e-Gestão”. Este sistema estabelece relações entre a demanda processual e a estrutura administrativa e de pessoal – e diagnosticar pontos problemáticos na função jurisdicional.
3º Lugar Autor: 4ª Vara Federal - Juizado Especial da Seção Judiciária do Acre	<u>118</u>	Gestão da Atividade Processual por Relatórios e Estatística - Utilização de boletins estatísticos e relatórios para acompanhamento da atividade processual para controle de prazos de movimentação e priorização de processos antigos. O projeto Gestão da Atividade Processual por Relatórios e Estatísticas consiste na utilização de relatórios gerenciais e estatísticos, com metas de desempenho, voltados ao controle das atividades processuais desenvolvidas neste Juizado Especial Federal e priorização dos processos mais antigos em trâmite na Vara. O projeto propiciou aos gestores do JEF o controle do prazo de tramitação de processos, evitando que as ações judiciais fiquem mais de 60 dias paradas sem movimentação processual, bem como a priorização da tramitação dos processos mais antigos.